

6com Brasil

# Um plano consistente

DIÁRIO DE SÃO PAULO

- 2 JUN 1987

Ao denominar de "Plano de Consistência Macroeconômica o programa que deverá nortear sua pasta, forneceu o ministro da Fazenda, sr. Luiz Carlos Bresser Pereira, importante indício àqueles que tentam inteirar-se, por antecipação, do conteúdo do importante documento. Poderíamos chamá-lo, também, de Plano Anticruzado, o que certamente não agradaria ao sr. Bresser Pereira, declaradamente defensor de um Plano Cruzado Consistente. Todavia, suas intenções são bastante claras, não só por pregar o retorno à realidade como ainda por lembrar a existência, mesmo na economia, da lei do equilíbrio. Deve saber, no entanto, o novo titular, que se arrisca a trilhar perigoso caminho, uma vez que, ao defender a lógica, passa a enfrentar o tlogismo dos homens da política (com "p" minúsculo).

Costuma-se dizer que o papel tudo aceita. Certamente, ao elaborar seu plano, terá comprovado o sr. Bresser Pereira que as equações exigem soluções, ainda que, no caso, a incógnita se oculte na vontade política. Um Plano de Consistência — como o seu — oferece a vantagem de poder apresentar equações alternativas, a ser escolhidas politicamente.

A consistência, em economia, assenta-se no fato de que não se pode gastar mais do que aquilo que se tem

em mãos, o que levanta, ab initio, o grave problema representado pelos gastos públicos. Durante meses, ouvimos de uma equipe econômica o argumento de que o déficit público não assume gravidade desde que financiado por emissões monetárias, por títulos ou ainda por depósitos compulsórios, estes vantajosos por apresentarem custo zero. Daí partiu-se para uma monetização desvairada, responsável pela inflação que ora estamos conhecendo. A questão é saber se dispõe o governo de força suficiente para convencer o PMDB de que urge cortar gastos e mesmo elevar as receitas.

Todavia, há que levar em conta outra equação econômica, segundo a qual o consumo mais a poupança (da qual derivem os investimentos) devem igualar-se ao Produto Nacional, o que leva à conclusão de que o aumento das aplicações exige o sacrifício do consumo ou vice-versa. A equipe econômica progressista elegera como prioridade o consumo, esquecendo-se de que, por falta de investimentos anteriores, não poderia a produção atender à demanda, disso resultando a escassez e o mercado negro.

Côncio da necessidade de investir, e, ao dar-lhe prioridade, enfrenta o sr. Bresser Pereira sério dilema. De um lado, pretende reduzir o investimento público para atenuar o déficit; por ou-

tro, bem sabe que se o investimento privado não se sobrepuser ao público, correr-se-á o risco de profunda recessão; finalmente, não lhe escapa que, com a queda da demanda, não existirão estímulos às aplicações. Tal situação somente será resolvida se houver reais incentivos para investimentos capazes de assegurar a manutenção da demanda. É evidente que tal política deverá apotar-se num regime de livre empresa, que não nos parece muito ao gosto dos Constituintes do PMDB.

Existe outra regra importante: hoje, a poupança interna deve atender ao mesmo tempo às necessidades internas e ao reembolso do que chamamos, durante muito tempo, de poupança externa. Evidencia-se, portanto, que se pretendemos aumentar os investimentos internos torna-se necessário reduzir as transferências de capital para o Exterior e procurar, ao contrário, favorecer o ingresso de capitais estrangeiros no País. Mais uma vez, pode-se perguntar ao PMDB se está pronto a reabrir o diálogo com os credores estrangeiros, com o FMI, e a convencer alguns dos seus membros de que não é possível propor a interdição dos bancos estrangeiros no Brasil.

Certamente, a elaboração de um Plano de Consistência Macroeconômica é relativamente fácil. Mas muito mais difícil será executá-lo.